

CARTA DA PRAIA

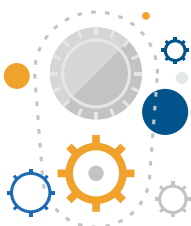
ORÇAMENTOS PROGRAMÁTICOS NOS PALOP - TL

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

PRAIA

01 DE JULHO DE 2022

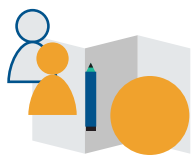
Os Ministérios das Finanças e/ou do Plano dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste, reunidos na cidade de Praia de 29 junho a 01 julho de 2022, Cabo Verde, no contexto do Programa para a consolidação da Governação Económica e Sistemas de Gestão das Finanças Públicas nos PALOP e Timor-Leste (Pro PALOP-TL ISC), sob os auspícios do Ministério das Finanças e Fomento Empresarial de Cabo Verde, na Primeira Comunidade de Práticas dos Ministérios das Finanças e/ou do Plano dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste para trocar experiências, ter acesso a boas práticas, partilhar conhecimento e *know-how* sobre a Orçamentação Programática, Contabilidade Patrimonial e a transversalização do género nos ciclos de planificação e orçamentação.



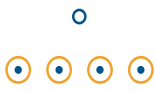
CONSIDERANDO que o progresso global, regista uma tendência para adopção de **instrumentos de gestão do sector público** cada vez mais eficazes e focados na promoção da **transparência orçamental, prestação de contas (*accountability*)** e boa governação económica;



CONSIDERANDO que as recomendações saídas da Comunidade de Práticas organizada no contexto do Pro PALOP-TL ISC que reuniu os Actores Estatais dos Sistemas de Gestão das Finanças Públicas dos PALOP e Timor-Leste, em Luanda, Angola, entre os dias 27 e 29 de Janeiro de 2020, sob os auspícios da Assembleia Nacional de Angola, realçaram a necessidade dos Governos e, em particular, os Ministérios das Finanças e/ou do Plano, avançarem para a **adoção progressiva das metodologias de orçamentação por programa e regimes de contabilidade pública patrimonial**, com base em **sistemas informatizados de gestão orçamental e financeira do Estado eficazes e abrangentes;**



CONSIDERANDO que durante o encontro realizado entre os quadros técnicos dos Ministérios das Finanças e / ou Plano dos PALOP e Timor-Leste, aquando da Aula Aberta sobre Orçamentação por Programas no contexto dos PALOP e Timor-Leste, proferida por uma entidade académica de reconhecimento internacional, organizada no contexto do Pro PALOP-TL ISC, serviu como uma oportunidade para **conhecer as melhores práticas internacionais, clarificar conceitos e métodos, trocar experiências e aprendizagem entre pares sobre as vantagens, os procedimentos e os desafios da introdução de orçamentação** por programa no contexto dos PALOP-TL;



CONSIDERANDO que os Ministérios das Finanças e/ou do Plano dos PALOP e Timor-Leste, enfrentam os **mesmos desafios e limitações** no que tange aos **quadros legais, normas, procedimentos, métodos**, assim como a **capacidade técnica para adoção e implementação da orçamentação por programas e contabilidade patrimonial**;



CONSIDERANDO que os Ministérios das Finanças e/ou do Plano dos PALOP e Timor-Leste, reunidos na presente Comunidade de Práticas **reconheceram**, mais uma vez, a **importância e necessidade de adoção e/ou implementação de forma progressiva e efectiva a orçamentação por programa e contabilidade patrimonial**, como **mecanismo para reforçar os sistemas de gestão de finanças públicas** dos PALOP e Timor-Leste;



CONSIDERANDO que nem todos os países estão adoptando de forma integral a transversalização do género nos ciclos de planificação e orçamentação, **mas tem interesse pela sua adoção e / ou implementação**.

Os Delegados reunidos na Primeira Comunidade de Práticas dos Ministérios das Finanças e/ou do Plano dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste para trocar experiências, promover o acesso a boas práticas, partilhar conhecimento e *know-how* sobre a orçamentação programática, a contabilidade patrimonial e a transversalização do género nos ciclos de planificação e orçamentação **concluíram que**:

- Os sistemas e processos de planificação e orçamentação persistem como um desafio comum nos seus respectivos países e, como tal, existe um espaço para continuar a partilhar experiências, com vista identificar problemas comuns e soluções conjuntas;
- Ao nível dos países, verifica-se ainda a existência de quadros legais atinentes aos processos de planificação e orçamentação que precisam de reforçar a ligação entre as estratégias de desenvolvimento nacionais e os processos orçamentais;
- Existe ainda uma dificuldade de aceder a informações sobre o nível de desempenho das políticas públicas, também por via dos processos orçamentais, através do respectivo seguimento / monitorização e a avaliação;
- Existe uma necessidade para reforçar as capacidades técnicas dos quadros dos Ministérios das Finanças e / ou Plano nos domínios da Orçamentação por Programas, Contabilidade Patrimonial e IPSAS, bem como, no respeitante aos quadros legais que permitam a adopção das mesmas;

A vontade política, capacidade técnica e sistema de informação constituem pilares fundamentais para garantir a adopção e/ou implementação da Orçamentação por Programas, Contabilidade Patrimonial e IPSAS, devendo ser por isso promovido o engajamento de todos os actores e parceiros no processo de reforma para adopção e / ou introdução da Orçamentação por Programas, Contabilidade Patrimonial e IPSAS, em face aos ganhos inerentes em relação à transparência orçamental e prestação de contas (*accountability*).

Os Ministérios das Finanças e / ou Plano dos PALOP-TL (incluindo Brasil e Portugal) devem promover a sistematização deste tipo de espaços para troca de experiências e acesso a melhores práticas no contexto da gestão das finanças públicas. Tendo em conta os considerandos e as conclusões que precedem, os **Delegados recomendam:**

AOS GOVERNOS, EM PARTICULAR NOS MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E PLANO, DOS PALOP E TIMOR-LESTE:

- 1.** A adopção de um quadro legal que define e obrigue a adopção e / ou implementação da Orçamentação por Programas, do regime de Contabilidade Patrimonial e da transversalização do género nos ciclos de planificação e orçamentação, bem como, nos sistemas informatizados de gestão orçamental e financeira do Estado eficazes e abrangentes;
- 2.** Reforçar as capacidades institucionais e as aptidões técnicas dos quadros dos Ministérios das Finanças e / ou do Plano em metodologias e instrumentos relativos à Orçamentação por programas e contabilidade patrimonial com vista a garantir a sua implementação ao nível dos países;
- 3.** Estabelecer um Grupo de Trabalho dos Ministérios das Finanças e / ou Plano dos PALOP e TL devidamente institucionalizado e com um plano de trabalho para encontros regulares [física e / ou virtualmente] para discussão dos desafios no âmbito das reformas dos sistemas de gestão das finanças públicas, apoio a implementação dos regimes de Contabilidade Patrimonial e IPSAS, bem como, para o seguimento da implementação da Orçamentação por Programas;
- 4.** Sensibilizar os actores políticos dos países sobre as necessidades da adopção dos regimes de contabilidade patrimonial e IPSAS, através da apresentação das suas vantagens no que se refere a promoção da transparência, prestação de contas (*accountability*) e boa governação económica.
- 5.** Promover a inclusão de uma abordagem sensível ao género nas práticas de governação económica nos PALOP-TL, através da integração do género no processo orçamental enquanto ferramenta para melhoria da governação e transparência orçamental.

FEITA NA **CIDADE DA PRAIA, CABO VERDE, 01 DE JULHO DE 2022**